

# Novo governo precisa de um choque de confiança

**E**ra apenas uma questão de tempo até que os estragos provocados pela “nova matriz econômica” aparecessem em toda sua dimensão. O pior resultado foi o da área fiscal, onde o governo acumulou um déficit primário de R\$ 20,7 bilhões no ano até setembro, um feito inédito na série do Banco Central, iniciada em 2001. O desempenho do setor público como um todo, incluindo Estados e municípios, foi ainda pior, com déficit de R\$ 25,5 bilhões. O governo federal será incapaz de cumprir a meta mínima de superávit de R\$ 49 bilhões, o que já se desconfiava, apesar da sistemática desconversa do governo sobre a real situação das contas públicas. O déficit da balança comercial, de US\$ 1,8 bilhão no ano até outubro, foi recorde para o mês desde 1998. A inflação de 6,75% em doze meses encerra a constatação de que o tripé econômico não se sustenta mais sobre nenhuma perna. O mercado projeta crescimento de apenas 0,24% para o ano.

A situação econômica não é desastrosa a ponto de não poder ser corrigida, embora não fazê-lo a colocará em preocupante estado. Consertar os estragos exigirá clareza dos rumos a seguir e determinação do conjunto do governo para alcançar os objetivos. Mudar a direção da atual política, entretanto, é uma tarefa delicada até porque a presidente reeleita atacou em campanha tanto as possíveis soluções apresentadas pela oposição — que agora terá, ainda que de forma parcial, adotar — quanto o seu diagnóstico das causas do mau desempenho.

Com a situação criada por uma vitória apertada nas urnas e a eleição de um Congresso ainda mais pulverizado, onde os grandes partidos precisarão se compor com mais forças para aprovar projetos, é pouco provável, embora não impossível, que uma guinada radical na economia seja tentada. Se nem mesmo o PSDB pregou durante a campanha eleitoral um tratamento de choque, não será a presidente Dilma quem irá executá-lo. Da mesma forma, e por idênticos motivos, reformas importantes dificilmente passarão com rapidez ou facilidade pelo Congresso e sua eventual aprovação terá um custo político mais alto agora que no primeiro mandato de Dilma.

Uma estratégia gradualista, entretanto, terá de levar em conta os riscos imediatos e o maior deles, no calendário, é o de perda do grau de investimento, o que elevaria o custo de financiamento de empresas e do país em um horizonte de tempo que coincide com o ciclo de elevação dos juros americanos. Por isso, dar um sinal de que vem aí uma política fiscal austera e crível será um dos mais importantes passos definidores do segundo mandato.

Com crescimento fraco e juros domésticos em alta, é ilusório imaginar que uma meta de superávit primário elevada será cumprida. Algo em torno de 2% do PIB seria de bom tamanho, desde que se eliminassem para valer os truques contábeis e fosse fechada a torneira de recursos do Tesouro para o BNDES, cortando uma conta de subsídios que se tornou salgada e de longa duração. Não há porque manter a TJLP com juros negativos em meio a uma rodada de aperto fiscal e monetário. A taxa precisa subir logo, ajudando a estancar o aumento do subsídio, uma fatalidade diante da alta da Selic.

Sem poder contar com avanços expressivos da receita, dado o baixo crescimento, restam como opções o aumento de impostos e o corte de gastos. Boa parte das despesas não podem ser comprimidas — de fato, só os investimentos, que já o estão — e elevar impostos é um contra-senso, porque a carga tributária já é alta e porque retirará com uma mão o que as desonerações pontuais deram com a outra. Com a pressão eterna por mais gastos vinda do Congresso, a linha de menor resistência poderá ser a maior taxa.

Para colocar a casa em ordem, será preciso que a próxima equipe econômica tenha um alto grau de liberdade de atuação, depois de estabelecidos os parâmetros do ajuste com o Planalto. Não tem sido essa a maneira de atuar da presidente. Por isso seria uma surpresa se um “forasteiro” que goze da confiança do mercado chegasse ao governo com carta branca para trabalhar. Isso foi possível no Banco Central, onde a autonomia é um requisito básico de sua credibilidade. Ministro da Fazenda autônomo não existe e, portanto, os postos de comando da economia deverão ser ocupados por quem tenha credibilidade e se comprometa a entregar resultados. Nenhum prestidigitador isolado pode fazer isso, mas bastará um compromisso claro de governo com a mudança para que um choque de confiança seja dado.